

## **SECURITIZAÇÃO ENERGÉTICA NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O COMPLEXO DE GURI\***

### *Introdução*

O Brasil possui um sistema de energia elétrica não integrado em sua totalidade, sendo a região norte a área mais vulnerável do setor elétrico nacional. Diante das fragilidades de parte desse sistema, o governo procurou formas diferenciadas para suprir esta necessidade. Em busca de solucionar os déficits do fornecimento elétrico dessa região o Estado firmou acordos internacionais com países vizinhos e repassou verbas para alguns estados da região norte, a fim de fazer melhorias ou instituir usinas elétricas.

O presente artigo está estruturado com base em duas seções que se articulam na discussão sobre a securitização energética da fronteira Brasil-Venezuela, incluídas esta introdução e uma breve conclusão à guisa de últimas considerações.

A primeira seção aborda o estudo da segurança como um campo alargado que possibilita uma nova visão das questões estratégicas que podem ser aplicadas em vários níveis do sistema internacional, incluindo o caso energético, gerador de polêmicas discussões que vão desde o conflito à cooperação.

A segunda temática aborda o processo histórico do acordo de Guri, firmado entre o Brasil e a Venezuela, apontando os principais episódios e os contextos políticos internos e internacionais que intervieram sobre o processo de consolidação do sistema elétrico no arco-norte da América do Sul que interfere na dinâmica energética do estado de Roraima.

\* O presente artigo faz parte de um projeto maior de pesquisa cujos outros resultados estão publicados como monografias intituladas respectivamente: “Brasil e Segurança Energética na América do Sul: um estudo sobre as relações bilaterais de securitização elétrica e o caso do complexo de Guri” e “Segurança energética na América do Sul: o caso do gasoduto Bolívia-Brasil”. Endereço para contato: eloishoras@gmail.com ou www.works.bepress.com/eloi

O artigo discute que energia de Guri foi um marco para Roraima, pois significou naquele momento uma possível solução para os déficits que o estado sofria em decorrência da não estruturação do sistema elétrico eficiente, no entanto, aconteceu uma inflexão sobre a visão positiva desse empreendimento para um olhar cauteloso, gerado pelas instabilidades internas do governo venezuelano e pelo cumprimento parcial do acordo. Levando como base processos históricos, ações governamentais e as deficiências do sistema elétrico nacional o artigo é desenvolvido.

### *Segurança energética: conceito e importância*

A segurança internacional é um tema clássico das Relações internacionais que esteve historicamente ligado ao estudo de defesa nacional e conflitos estatais, com a transformação do sistema internacional e a mudança no quadro dos conflitos no mundo, abriu-se espaço para a expansão da matéria dentro da disciplina de Relações Internacionais.

Os estudos sobre segurança internacional nas relações internacionais são apreendidos hodiernamente por duas grandes agendas que não são necessariamente excludentes, mas que antes trazem importantes *insights* específicos e que podem muitas vezes se complementarem para uma visão mais adequada da dinâmica internacional (BUZAN *et al.*, 1998).

De um lado, existe uma agenda de estudos tradicionais que aborda predominantemente temáticas estratégico-militares, centradas nos Estados com uma perspectiva minimalista da segurança, que se concentra nas discussões sobre as políticas de defesa nacional.

Nesse ramo os principais trabalhos são elaborados na perspectiva do paradigma nacional-realista, que possui uma visão da realidade internacional conflitiva e estado-centrista, que restringe os estudos de segurança internacional em áreas onde é empregado o aparato militar.

De outro lado, existe uma nova agenda, que se caracteriza por uma abordagem maximalista ou alargada de temas sobre a segurança internacional, que incorpora assuntos políticos, militares e econômicos da alçada estatal, além de temáticas paradiplomáticas e transnacionais, que partem desde a pessoa humana e vão até discussões sobre meio ambiente.

Nesse contexto está inserido o paradigma liberal, as críticas pós-modernas e pós-estruturalistas de relações internacionais, além de correntes influenciadas pela vertente construtivista, um paradigma de difícil classificação, e com várias vertentes internas, mas com enriquecida capacidade explicativa.

O estudo de segurança na escola de Copenhagen é influenciado pelo paradigma construtivista, pois reconhece a validade do discurso na criação de ameaças internacionais e apresenta um quadro de análise da segurança internacional que incorpora a dinâmica dos atores, abre espaço para novas agendas e cria um modelo analítico da segurança internacional em nível regional.

Na agenda de pesquisa da escola de Copenhagen, o conceito central é a securitização, que trata-se de um processo que ocorre quando um assunto é apresentado como ameaça real, requerendo medidas extraordinárias e que justificam ações fora dos procedimentos normais da política (BUZAN, 1998).

Dentro do estudo de segurança internacional, quando se analisa os marcos da segurança energética, observa-se que a antiga agenda minimalista de estudos de segurança internacional tem relevância ao revelar os vetores conflitivos existentes, todavia ainda mais importância têm os estudos maximalistas, com a abertura de espaços para análise de ameaças, atores de segurança e objetos de segurança, onde se revelam uma dimensão mais relacional entre vetores de cooperação e conflito.

Dentro da agenda maximalista de segurança internacional, o primeiro ponto para compreender a segurança energética é a sua definição, e as conseqüências do conceito escolhido. Os conceitos de segurança energética, em geral são criados nos países centrais, levando em consideração apenas os interesses dos países consumidores, todavia no contexto sul-americano existe a necessidade de um conceito que leve em consideração, diferentes perspectivas.

“Segurança Energética é definida como uma tentativa dos consumidores de energia de se protegerem de interrupções que podem ameaçar o fornecimento de energia, como um resultado de um acidente, terrorismo, falta de investimento na infra-estrutura ou falta de organização do mercado de energia. A definição de segurança energética geralmente enfatiza o preço e fornecimento eficiente e seguro como um preço razoável de energia.” (PALONKORPI, 2007, p. 1).

O conceito de segurança energética ao contrário do que parece não se restringe à dimensão econômica de suprimento de energia, preço e outros conceitos econômicos, mas inclui aspectos políticos como ameaças à segurança energética. Por isso a análise de segurança energética deve abranger o setor político e econômico, além de ter a capacidade de levar em consideração a perspectiva dos países produtores e consumidores.

Conforme PRONINSKA (2007), a visão de Segurança Energética muda conforme a posição do país no mercado de energia. Haja vista que para os exportadores o fundamental é a segurança da demanda para suas fontes de energia. Em contrapo-

sição para os importadores o foco é o desafio da dependência energética e o risco de corte no fornecimento.

Fora das discussões acadêmicas nas quais o setor energético ainda é negligenciado, as sociedades modernas estão como o seu nível de qualidade de vida intimamente ligado à capacidade dos países em oferecer energia para as suas populações e na competência das nações em manter seguro o fornecimento de energia.

O setor energético é fundamental atualmente, pois as sociedades são altamente dependentes dos serviços energéticos, como eletricidade, e interrupções demoradas no fornecimento de energia causariam efeitos imediatos e nocivos na economia, na estabilidade política e na vida das pessoas, pois, as residências, setor econômico e os governos dependem de energia para cumprir suas atividades fins (BAUMANN, 1998).

Nos últimos anos houve um forte crescimento no interesse pela área de segurança energética devida a fatores como: a) Aumento vertiginoso na demanda global de energia; b) as idiosincrasias do mercado de petróleo e o alto preço do combustível; c) um aumento no nível da interdependência no mercado de energia entre os países; d) problemas técnicos com eletricidade, ocasionando vários cortes de energia temporários; e) debilidades na infra-estrutura de energia em toda a cadeia energética de produção; f) liberalização e desregulamentação do mercado de energia. Além de fatores não econômicos que podem gerar problemas no fornecimento de energia, tais como catástrofes ambientais, o temor de ataques terroristas em infra-estruturas estratégicas no Oriente Médio e conflitos nos países produtores de energia (PRONISKA, 2007).

Quando se toma por referência a formulação de política energética dos países há que se considerar os níveis, nos quais os países operam para aumentar sua segurança, nessa perspectiva existem três níveis de operação da política energética, tal como observado por estudiosos latino-americanos como LE-FORT e MORALES (2006), que atribuem ao setor energético três níveis nos quais um país pode atuar visando conferir maior segurança para sua matriz energética.

*Quadro 1 - Visão estratégica sul-americana da segurança energética*

<i>Relações Exteriores</i>	As relações com os países produtores de energia, o aumento da cooperação regional no setor energético, trocas de conhecimento e informações e o aumento da transparência e competitividade nos mercados de recursos energéticos regionais e internacionais.
<i>Segurança Regional e Nacional</i>	O impacto sobre a segurança regional e global de temas como: ameaça de terrorismo sobre o fornecimento energético; crises internas ou internacionais em países ou regiões exportadoras de recursos energéticos e seu impacto no custo ou fornecimento desses recursos.
<i>Âmbito local</i>	Implementação de políticas públicas de longo prazo para responder às ameaças crescentes que enfrenta o abastecimento de energia, somadas ao desenvolvimento de sistemas de resposta de emergência para responder ao corte temporário de abastecimento. Avalia-se a perspectiva de aumento da demanda de recursos energéticos para os próximos anos.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em LE-FORT, MORALES (2006).

Não obstante o primeiro enfoque mais detalhado para a apreensão de segurança energética, existe a visão de estudiosos europeus, como PRONISKA (2007) que atribuem ao setor energético apenas dois níveis de análise. Com uma abertura maior para a utilização da força em assuntos energéticos que focaliza a preocupação ambiental e a segurança.

*Quadro 2 - Visão estratégica européia da segurança energética*

<i>Nível doméstico</i>	As medidas de securitização energéticas são escolha de fontes energéticas seguras, diversificação e otimização da energia nacional e conservação do meio ambiente, defesa da estrutura de energia nacional (refinarias, oleodutos, subestações de energia e outros), gerenciamento da demanda de energia, eficiência energética, liberalização e desregulamentação do setor de energia.
------------------------	---

<i>Nível Internacional</i>	O nível das negociações internacionais envolve canais de cooperação para o desenvolvimento da segurança energética por meio da ênfase em diferentes fontes energéticas, diversificação de fornecedores estrangeiros, cooperação com exportadores, ou medidas não pacíficas para garantir o suprimento de energia como: uso da força; sanções; embargos ou uso da energia como uma arma política.
----------------------------	--

*Fonte:* Elaboração própria. Baseada em PRONISKA (2007).

Segundo uma perspectiva unilateral, existem princípios que podem aumentar a segurança energética de um país através do fortalecimento das potencialidades da matriz energética e para minimizar as debilidades e lacunas estruturais (YERGIN 2006).

O primeiro princípio é o da diversificação das fontes: como base nesse princípio, o estado deve multiplicar as fontes de energia, pois reduz o impacto da interrupção do fornecimento de uma fonte de energia e diversificar as alternativas serve aos interesses de consumidores e produtores.

O segundo princípio é o poder de recuperação: segundo esse princípio o estado deve manter uma margem de segurança no suprimento de energia que possibilite defesa contra quebras de fornecimento e facilite a retomada após a interrupção. Este princípio pode ser alcançado através de produção suficiente de energia em espera, reservas estratégicas, *backup* em equipamentos, adequada capacidade de estoque em toda a cadeia produtiva e planos bem elaborados que contenham eventuais cortes de energia.

O terceiro princípio é reconhecer a realidade da integração: neste princípio o estado deve reconhecer que existe apenas um mercado de petróleo, um imenso sistema global que movimenta e consome aproximadamente 86 milhões de barris por dia, para os consumidores, segurança reside na estabilidade desse mercado. A interrupção desse mercado não é uma opção.

O quarto princípio é a importância da informação: Informação de alta-qualidade possibilita o bom funcionamento dos mercados. No nível internacional a Agência Internacional de Energia aumentou o fluxo de informação sobre energia. A qualidade da informação também é essencial em momentos de crises, quando o pânico dos

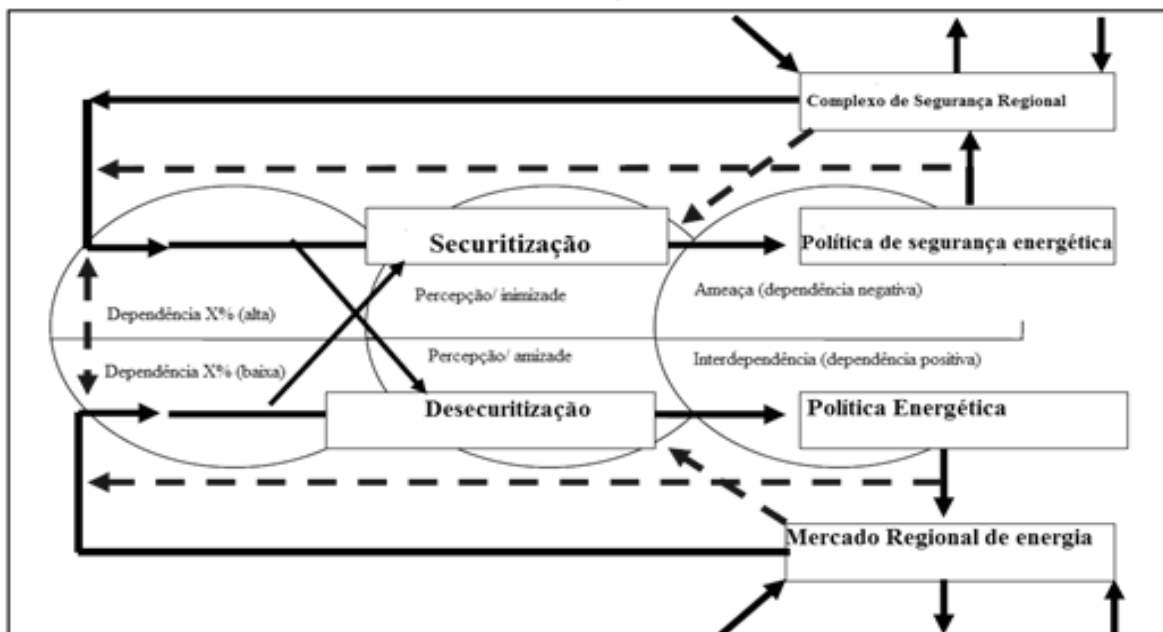
consumidores pode ser fomentado por medo e acusações criando uma percepção da realidade distorcida. Nesses casos, governos e empresas podem conter o pânico utilizando informação de alta qualidade

Na perspectiva de conflito e cooperação entre os países o setor energético tem a sua própria dinâmica. Partindo de uma análise geopolítica das relações internacionais entre os países produtores e importadores que impactam na segurança energética, observa-se dois padrões de relacionamento inter-estatal.

De um lado existe a perspectiva do conflito, mostrando que os conflitos energéticos atuais são divididos em duas formas: primeiro a tensão e as disputas entre os países no mercado de energia que possibilita o aumento da rivalidade, todavia na maioria das vezes sem a perspectiva de conflito armado. De outro lado, conflitos em regiões ricas em petróleo e gás podem resultar no uso da força.

Em um conflito armado por recursos o fator energético é predominante, no entanto existem conflitos nos quais as fontes de energia são apenas elementos do embate. Nesse sentido, são três formas que ocorre a ligação entre fontes de energia e conflitos armados. O primeiro acontece quando a fonte de energia é causa do conflito. O segundo é quando a fonte de energia desenvolve um papel, um alvo ou outro objetivo secundário em uma guerra; a terceira forma ocorre nos conflitos que o dinheiro obtido pelo comércio de energia financia um conflito armado.

Figura 1 - Fatores de impacto na securitização energética



Fonte: PALONKORPI (2007).

De outro lado, a cooperação ocorre, pois apesar de um país ter interesses divergentes de outros países no mercado de energia e competir por melhores condições com os demais países, as nações em conjunto têm objetivos comuns tais como: reduzir a vulnerabilidade do mercado de energia; melhorar a segurança física da infraestrutura de energia; fomentar estabilidade política e econômica em regiões produtoras de energia e construir segurança jurídica que possibilite investimento na área. Esses são assuntos nos quais países exportadores e importadores podem cooperar.

Neste contexto, outra forma de cooperação no mercado energético entre os países é a cooperação tecnológica, pois existe a necessidade de tecnologia, para aumentar a eficiência do consumo e produção de energia e o desenvolvimento de combustíveis renováveis entre outros objetivos de longo prazo no setor energético que só serão possíveis com cooperação tecnológica entre os países.

Conforme PALONKORPI (2007), tomando-se como referência a perspectiva relacional entre conflito e cooperação com base nas contribuições da escola de Copenhague para explicar a securitização energética, existem três vetores que podem ser apreendidos para se estruturar uma arquitetura analítica.

O primeiro vetor é a definição dos atores que devem ser analisados em um estudo de segurança energética. No setor energético utilizar as ferramentas da teoria da securitização é perigoso, pois não se percebe claramente qual é o ator principal, todavia de maneira simplificada, define-se o estado como ator principal quando os fatores políticos dominam a agenda e as empresas internacionais como atores centrais quando as questões econômicas dominam a agenda.

O segundo vetor da escola de Copenhague para o setor energético seria justamente a criação de um marco que auxilia o pesquisador a atribuir para uma determinada relação energética baseada em uma perspectiva espacial, o rótulo de *complexo regional de segurança energética*.

“O complexo regional de segurança energética é formado pela interação energética entre dois ou mais estados em uma limitada área geográfica que inclui uma relação de dependência energética entre os estados e uma percepção dessa dependência como uma ameaça.”

(PALONKORPI, 2007, p. 3)

O terceiro vetor, entre segurança energética e a escola de Copenhague é a contribuição desta para a compreensão do processo de securitização em si. Para o entendimento de como a segurança energética é intuída é necessário saber os padrões de amizade e inimizade que existe entre os países que afetam diretamente essa relação, e como a segurança energética é percebida, ou seja, além do comércio de energia,



os graus de amizade ou inimizade também explicam se a dependência energética é securitizada ou politizada.

### *Brasil, Venezuela e a segurança energética do complexo de Guri*

As problemáticas da região norte em relação à energia elétrica foi ao longo dos anos observada como uma constante que oferecia riscos e incertezas para a população e para o estado como um todo. A insegurança quanto a instabilidade elétrica na área gerou muitas fraquezas na economia e na imagem do estado.

Sendo Roraima uma região geoestratégica, foi levantada em 1995 a possibilidade de realizar um estudo entre Brasil e Venezuela, no âmbito elétrico, a fim de, suprir os déficits dos estados de Roraima e o Amazonas. Logo após o surgimento da possível ideia integracionista entre esses dois países, o estudo pode ser iniciado.

No processo de pesquisa para viabilização da integração bilateral, técnicos dos dois países puderam participar, avaliando todas as possibilidades de efetivação das linhas de transmissão e os possíveis problemas que poderiam impedir a instalação elétrica como as questões latifundiárias e ambientais.

Com o término dos estudos pode-se constatar que para a região o modelo mais indicado para suprimento energético seria a importação de energia elétrica da Venezuela por meio da hidrelétrica de Guri/Macágua, que é considerada a maior hidrelétrica venezuelana.

A participação de empresas brasileiras como a Eletronorte e a Eletrobrás foi significativa no firmar da parceria Brasil-Venezuela, pois foi por meio dessas instituições que se ratificou o acordo elétrico entre os países. A empresa venezuelana responsável pelo acordo foi a Eletrificación Del Caroni-EDELCA, empresa estatal na Venezuela administradora de várias usinas.

A preocupação em efetivar definitivamente o acordo era latente, principalmente para Roraima. Pode ser observado que ao longo das negociações as atenções e interesses de fechar a integração elétrica recaem sobre o estado do Amazonas, pois o foco era levar essa energia para o estado, o que resultaria por questões geográficas a utilização dessa eletricidade também em Roraima.

A proposta de uso dessa energia para Boa Vista pode assim ser entendida como uma resultante do principal objetivo, a eletricidade advinda de Guri até o Amazonas. No entanto, surge nesse meio a possibilidade de utilizar o gás da reserva de Urucu para gerar energia elétrica na cidade de Manaus, o que minimiza a ânsia pela ratificação do acordo por parte de algumas autoridades políticas e responsáveis por esse evento.

Diante da cooperação energética, ficou estabelecida no acordo, a exportação de 200MW e a construção de torres de transmissão ao longo do trecho entre o dois países para que a corrente elétrica pudesse chegar a subestação distribuidora. (Barbosa, 2009).

Ao surgir à possibilidade de firmar uma parceria com a Venezuela, o governo brasileiro já previa algumas problemáticas, por entender que a região a receber a energia está localizada em uma área conflituosa e de difícil acesso. Quando analisado o lado conflitivo, fala-se da convergência entre os índios e não índios, em Roraima essa “divisão” de interesses ou perspectiva pode ser observada com maior clareza.

O difícil acesso à região, está tratando sobre as dificuldades de encontrar naquele período outra alternativa, se não Guri, que pudesse resolver a instabilidade energética de Roraima e do Amazonas.

Outro problema que desgastou o processo de construção da Linha de Guri foram questões como a preservação ambiental e de reservas indígenas que atrasaram o início da efetivação das linhas de alta tensão. Nessa convergência de áreas preservadas foi de fundamental importância a intervenção diplomática que garantiu as partes sua integralidade no processo de importação e exportação elétrica.

De acordo com o projeto das linhas de transmissão algumas torres deveriam se localizar dentro das reservas indígenas e ambientais, também sobre elas passariam as linhas de alta tensão. Reservas desse tipo asseguram o direito das populações e dos biomas que estão inseridos nessas áreas, premissa que gerou atrasos e instabilidades, pois as opiniões divergiam entre permitir ou não a construção da linha elétrica.

Assim, várias figuras políticas como os administradores dos estados e diplomatas iniciaram a discussão sobre a implementação dessas torres de transmissão, sendo considerado um interesse de todos, as mesmas puderam ser construídas, o que depois veio a gerar receio por parte da população em pensar que os indígenas e não simpatizantes da instalação dessas linhas pudessem boicotá-las.

Diante as dificuldades e empecilhos para efetivar o acordo, o estado roraimense passa agir com maior influência e de forma direta sobre a consolidação do empreendimento. Deste modo em 1997 foi firmada a importação de energia elétrica do parque gerador de Guri/ Macágua até a capital de Roraima e alguns municípios da mesma federação.

Ao longo de seis anos foram realizadas todas as obras necessárias para implantação da energia elétrica no estado de Roraima, passando por dificuldades já citadas e pela omissão em alguns momentos da Venezuela em firmar os procedimentos técnicos de construção das linhas.

Basicamente, os recursos utilizados na construção das torres foram quase em sua totalidade brasileiro. Com as linhas já instaladas e as devidas manutenções o Linhão de Guri pode entrar em operação comercial em 2001, estando a Eletronorte como a administradora oficial, responsável pela sua manutenção e outras atividades quanto à eletricidade dentro da cidade de Boa Vista, capital de Roraima. (Barbosa, 2009).

Com a utilização da eletricidade venezuelana não foi apenas Roraima que se beneficiou do recurso, mas também a cidade de Santa Elena de Uairén que fica localizada no Estado Venezuelano e faz fronteira com o município de Pacaraima pertencente ao Brasil.

Apesar, de Santa Elena está inserida no Estado da Venezuela, sua realidade parecia naquele momento está mais próxima do contexto roraimense que do seu próprio país, isso se deve a disparidade entre as regiões que fazem parte das áreas da Guiana ou ilha caribenha.

Nessa região existe uma integração muito forte entre suas extremidades ou limites fronteiriços, onde as pessoas que vivem nessas áreas absorvem mais características uma das outras por terem maior contato que com os demais estados dos seus próprios países.

Isso também pode ser explicado pela região ser um tanto afastada das demais áreas que compõem o país, o que se assemelha muito com a região norte brasileira, em especial, ao estado de Roraima que pode ser visto como um estado isolado não só eletricamente, mas em outras esferas importantes para o desenvolvimento econômico de qualquer país ou estado.

A região norte como já foi mencionada, possui uma disparidade em termos elétricos diante de outras regiões do Brasil quando se estuda as possíveis alternativas de interligação energética dessa área com as demais que compõem o Sistema Interligado Nacional.

Em concordância com as fragilidades internas da região norte são identificados problemas que inviabilizam sua integração ao resto do país em termos elétricos, isso se deve aos elevados custos de infra-estrutura e a inacessibilidade à área, tornando essa porção territorial um sistema isolado e de pouca participação ativa nos assuntos estatais relevantes para o país.

Com a participação de Guri na realidade roraimense, o estado passa a acreditar na possibilidade de se desenvolver e com a mesma surgir maiores oportunidades. Desde 2001 Roraima passou a utilizar uma energia limpa sem grandes interrupções

em seu fornecimento e de qualidade gerando assim uma visão positiva sobre sua situação elétrica.

Contudo, o ano de 2008 e 2009 foi observado um revés na situação elétrica da região de positiva para negativa e instável. Já acostumados com a receptividade da energia venezuelana, Roraima passa por um novo momento não tão favorável a seu sistema elétrico.

O que levou a esse cenário desconfortável foi à redução do envio elétrico da Venezuela para o Brasil, por motivos internos venezuelanos, como a redução da capacidade de geração elétrica do complexo de Guri e questões políticas quanto a não garantia do país em manter seu sistema elétrico e a distribuição da mesma para sua população.

Em virtude dessas deficiências o governo venezuelano, por meio do seu presidente e dos seus representantes legais afirmou que não poderia está fornecendo a mesma quantidade de energia antes exportada para Roraima, pois seu país estava passando por um período de racionamento elétrico.

Em relação aos problemas que fizeram a Venezuela manter um controle de racionamento elétrico e reduzir a energia enviada para Roraima, não se possui muitas informações claras, segundo o próprio governo e a os avaliadores energéticos do país o que levou o Estado a tomar essas atitudes foram questões hidrológicas. Isto é, os reservatórios estão em baixos níveis, o que advém da região venezuelana está em um período de poucas chuvas.

A atitude venezuelana gerou inúmeras especulações que vão desde a possibilidade de encontrar novas alternativas para geração elétrica até o receio do país suspender por vez o pouco de eletricidade que envia para o estado.

Baseada por esses receios a população roraimense passa a viver em constante alerta que durou apenas alguns meses após a declaração. O maior medo dos roraimenses e do próprio governo do estado que apresentou sua preocupação quanto ao tema era que a Venezuela interrompesse totalmente a exportação elétrica, o que causaria grandes transtornos para a cidade de Boa Vista e municípios que precisam desse recurso.

Em virtude da ação venezuelana e a tentativa de manter os padrões de envio elétrico no estado, a Eletrobrás reativa algumas usinas termoelétricas como a UTE Floresta na capital e demais regiões do estado. As termoelétricas foram muito utilizadas antes do acordo de Guri, sendo elas o principal instrumento de geração elétrica.

Segundo Tolmasquim (2005) as termoelétricas convertem energia térmica em energia mecânica e esta em energia elétrica. No entanto esse tipo de energia não ga-

rante ao estado um envio energético seguro e que corresponda a demanda total que a capital e alguns municípios necessitam, sendo ainda uma forma poluente de geração elétrica e de alto custo, levando em consideração a queima do diesel.

Quando a Venezuela comunica a redução do envio elétrico, nota-se o não cumprimento do que foi acordado entre as partes. Na realização de qualquer acordo internacional, sobre eles regem as leis internacionais que limitam e designam deveres e obrigações, contudo quando a ação (redução na exportação elétrica para o estado de Roraima) foi tomada houve pouca discussão quanto aos deveres que a Venezuela assumiu com o Brasil.

Acredita-se que maiores atitudes não foram tomadas contra o país venezuelano, pelo mesmo ser um uma nação amiga do Brasil e por passar problemas internos compreensíveis que colocaram em risco o bem-estar de sua população, contudo se pensar realisticamente tal atitude seria motivo de ações constrangedoras assim como aconteceu na Bolívia em relação ao gasoduto brasileiro.

Outro modo de analisar o possível motivo que o governo não tomou atitudes sobre o tema é quanto a pouca preocupação do resto do país para essa porção do Estado, Roraima nunca se apresentou como um ator influente e com participação em temas de importância para país, assumindo sim um caráter de dependência em relação aos demais estados brasileiros.

Voltando para as questões da segurança energética brasileira, pode-se analisar que a reativação de usinas termoelétricas e a redução de exportação elétrica, fazem crer que o governo mesmo tomando a atitude de realizar um acordo bilateral não pode garantir a segurança elétrica da região em questão, isso remete a analisar o motivo dessa falta de domínio sobre um fator estratégico de suma importância para todo o sistema e para qualquer país que busque ser forte e estável na dinâmica inter-estatal.

Para a economia Roraimense Guri representava uma percepção de desenvolvimento e crescimento interno que poderia ser logrado com um sistema elétrico eficiente que pudesse chamar atenção de empresas e indústrias para a região.

No entanto, essa percepção foi convertida em uma simples impressão que logo foi desmistificada quando a população se deu conta que em todo o processo de construção da linha e até suas resultantes não tinha poder de afetar diretamente as suas condições sociais e financeiras dentro do âmbito estatal (Agostinho, 2010).

Apesar das problemáticas vividas atualmente, a introdução da linha de Guri contribuiu positivamente em alguns pontos como o crescimento da cidade de Boa

Vista mais estável por conta da energia e um índice de desenvolvimento que pode ser presenciado conforme o período de comercialização elétrica.

Mesmo não existindo o desenvolvimento em alta escala como se imaginava, o estado pôde crescer um tanto e contou com a energia venezuelana como um importante fator para suas modificações econômicas.

A economia roraimense nunca apresentou índices relevantes, mas para os residentes da capital que conhecem a realidade do estado, foi possível distinguir o cenário anterior à utilização da energia venezuelana e o cenário pós Guri, isso decorre da participação de maiores empresas na capital e a atividade empreendedora dos gestores que viram na estabilidade elétrica dos primeiros momentos de sua implantação a possibilidade de crescimento comercial.

Além das implicações internas, o acordo possibilitou a maior aproximação entre os dois países, Brasil e Venezuela, pode-se dizer que foi nesse contexto que se iniciou o processo de integração regional entre esses Estados, promovendo a maior interação dos mesmos em outras áreas de cunho econômico e social.

#### *Acordo de Guri como um objeto da securitização energética*

A ótica da segurança energética necessita identificar o que poderá ser securitizado e os atores que serão responsáveis pela securitização. Geralmente é observado na maioria das análises de segurança, objetos materiais a serem ameaçados como áreas estatais ricas em algum minério ou fontes como petróleo e outros.

Nesse caso o que se busca introduzir no âmbito do que sofre ou poderá sofrer com ameaças é a instabilidade da população roraimense que se viu em uma situação instável quando a Venezuela deixou de exportar parcialmente o que foi acordado entre os negociadores. Assim surgem alguns aspectos que transpõem Roraima e o Brasil à situação de instabilidade.

Primeiro pode ser identificada a dependência do Brasil em relação à Venezuela no atendimento elétrico para o estado roraimense, depois é visto o não cumprimento do acordo em sua totalidade. Esses dois fatores são essenciais para entender o que levou a introduzir a securitização no contexto de importação elétrica de Guri.

Com a efetivação do contrato entre os dois países foi firmada a compra dessa energia por um período de vinte anos, dessa ratificação os parques termoelétricos que geravam energia para a capital e demais municípios de Roraima foram desativados, estando a unidade UTE Floresta ainda em utilização, sendo mantida para que caso ocorra algum problema a mesma pudesse ser utilizada. Como foi vista tal par-

que gerador está funcionando e gerando energia que substitui a quantidade elétrica enviada pelas linhas elétricas advindas do Estado venezuelano.

“Desde julho de 2001, com a implantação da interligação Brasil-Venezuela, o sistema elétrico da Bovesa passou a ser suprido com a energia adquirida pela Eletronorte junto à empresa venezuelana Edelca. Em consequência dessa interligação, parque gerador então existente foi parcialmente desativado, permanecendo apenas as unidades da UTE Floresta como reserva operativa parcial. A disponibilidade atual de intercâmbio dessa interligação é de 106,58MW, limite este imposto pelo transformador de corrente da linha. Saliente-se ainda que a Boa Vista Energia atende, com energia proveniente da Venezuela, a capital do estado, Boa Vista, respondendo pela geração e distribuição de energia elétrica, e realiza o suprimento a sete localidades do interior do estado, pertencentes ao sistema CER: Mucajaí, Tamandaré, Vila Iracema, São Raimundo, Cantá, Santa Cecília e Bonfim”. (ELETRO-NORTE, 2003).

Segundo Buzan, Waever e Wilde (1998), na conceituação de segurança energética faz-se necessário utilizar dois níveis de análise para que o caso possa ser aplicado sendo identificadas as características que o delimitem no processo de securitização.

Segundo esses estudiosos os objetos de referência e as ameaças existenciais se enquadram nas principais busca do pesquisador para poder assim compreender o que é o efeito da segurança.

No contexto da segurança energética, os objetos de referência são numerosos e as ameaças também, elas podem ser definidas por fatores que vão desde a escassez das matérias fornecedoras de energia, até a existência de ameaças sólidas sobre as matérias-primas energéticas.

Nesse caso, o objeto de referência pode ser compreendido como as demandas de energia por parte do Brasil, sendo um importante fator para manter a segurança energética dentro do estado de Roraima.

Já as ameaças podem ser representadas pelo grau de instabilidade venezuelana no que diz respeito a sua baixa potencialidade de manter o parque gerador de eletricidade de Guri que sofre com problemas de manutenção e de redução do índice pluviométrico de seus rios responsáveis pela geração energética.

Outro ponto se refere ao não cumprimento do fornecimento da energia elétrica em sua totalidade que se apresenta no discurso do governo venezuelano. Nesse caso é possível considerar tal variável como uma ameaça também ao bem-estar da população e ao estado de Roraima que depende do contrato Brasil-Venezuela para receber a energia.

A redução do envio da energia elétrica recebida da Venezuela, por conta do controle que o país vive, estabeleceu o clima de incerteza e insegurança vivencia-

do dentro do estado de Roraima que precisa da energia importada para atender as necessidades da população. Essa situação advém do discurso do presidente Hugo Chávez e do entendimento que as termoeletricas nacionais não são capazes de suprir a capital e demais localidades.

Quando se imagina resolver tal problemática diante do governo federal por se tratar de um acordo entre países é perceptível a atuação que Roraima representa em meio à esfera federal. Devido ao reduzido colégio eleitoral, o poder de barganha do estado torna-se enfraquecido quando há necessidade de se solucionar problemas no âmbito do governo federal. No entanto, o que pode tornar o quadro relevante dentro das questões de segurança para o país, é o fato de existir um acordo internacional que deve ser cumprido.

O que se teme dentro do quadrante de Guri é que as iniciativas da Venezuela que apresenta um quadro político interno instável possam ocasionar no cancelamento total da exportação da energia para o Brasil. Por esse motivo houve a reativação das usinas termoeletricas, pois a redução do envio de energia já foi concretizada e a desconfiança de que a mesma possa ser desativada totalmente envolve toda a sociedade.

Nos estudos de segurança internacional não é necessário existir ações que proporcione a insegurança para a população, Estado ou determinado objeto para que se possa elevar algo ao grau da securitização, mas apenas a percepção de uma eventual ameaça já poderá ser o suficiente para elevar tal assunto aos centros de discussão.

Como Charles Philippe David afirma, a segurança é entendida como “a ausência de ameaças militares e não militares que pudessem pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que implicassem um risco de utilização da força” (DAVID, 2000, P. 27).

Baseadas nos conceitos que regem a securitização energética foram desenvolvidas quanto a problemática de guri quatro características que exemplificam o quadro de instabilidade do Estado brasileiro em relação a Roraima.

O primeiro ponto retrata a dependência brasileira em relação ao Estado venezuelano no suprimento da demanda interna em termos de energia elétrica. Isso decorre da matriz elétrica nacional possuir um sistema deficitário no âmbito de fornecimento de energia elétrica para todas as regiões que compõem seu território.

No segundo ponto é retratado o não cumprimento do acordo, o que é tido como uma variável latente, mas que sobre ela não existem ações que a resolva por existir forças maiores como a Política Externa que o Brasil adota ao longo de sua história, pautando-se pela reciprocidade.



A dependência do Brasil para com a Venezuela é visível, isso gera insegurança quanto ao tratado elétrico firmado.

No último ponto, é observado o grau de importância de Guri que mesmo tendo caráter internacional, sua realidade é muito restrita, interna a um estado que não possui influências nos debates centrais.

No que tange a temática de Guri, a ameaça existe, mas não é um fato que o Estado teme, assim pode-se dizer que a insegurança é vivida mais pela população local que pelo país como um todo.

No contexto da América do Sul essas iniciativas não representam medidas que necessitem utilizar a força para ser solucionada, pois não representa a ação de costume brasileiro no cenário internacional e nem um meio que possa resolver a problemática.

### *Últimas considerações*

A temática de segurança foi recentemente expandida, sendo atribuída a ela outras questões não só de cunho militar como era tradicionalmente estudada. Com a transformação dos estudos de segurança internacional a temática energética pode ser desenvolvida, identificando níveis de insegurança e objetos vulneráveis a ameaças.

As teorias de segurança energética analisam seus objetos levando em consideração outras questões que não só de cunho econômico, mas temas políticos e estratégicos que se definem como essenciais no processo de securitização e nos modelos de políticas energéticas adotados pelos Estados.

Os primeiros comentários quanto à possibilidade de se realizar uma integração energética com a Venezuela surgiram em 1995 com uma comissão de técnicos para avaliar a área e suas peculiaridades que viabilizassem o projeto de importação elétrica para o Brasil.

O principal objetivo do governo naquele momento era levar energia estável e de qualidade para o estado do Amazonas, um pólo produtor que necessitava de um sistema elétrico eficiente que pudesse suprir suas necessidades quanto a capacidade de utilização elétrica. Entretanto a viabilização de Guri levaria também benefícios para Roraima, por o mesmo está localizado entre a Venezuela, o produtor e o Amazonas o receptor final.

O processo de implementação de Guri, foi iniciado em 1997 quando o Brasil e a Venezuela firmaram o acordo de exportação e importação energética. Nesse convênio a energia passa a ser enviada somente para Roraima, pois o Amazonas encontrou

outro meio de suprir suas necessidades elétricas com a utilização do gás do Urucu na conversão do mesmo em energia.

A construção desse empreendimento incitou muitos vislumbres quanto à possibilidade do estado de Roraima iniciar um desenvolvimento coeso e sólido. Basicamente a consolidação de Guri passou por inúmeras problemáticas como questões territoriais e ambientais.

Por um período de quase dez anos o estado de Roraima viveu um momento de estabilidade e crescimento comercial impulsionados pelas políticas internas e pela utilização da energia venezuelana que permitiu certo desenvolvimento na capital.

Contudo, o quadro de estável é modificado quando o governo venezuelano reduz seu envio de energia elétrica para a capital e parte dos municípios que utilizam essa energia. Isso decorre do ambiente interno político instável e da incapacidade das geradoras da hidrelétrica de Guri em produzir energia, devido seus baixos reservatórios de água.

Com o envio parcial de energia, o estado brasileiro, na figura da Eletronorte inicia a reativação de usinas termoelétricas para suprir a demanda total do estado de Roraima que utilizava a energia Venezuela em quase cem por cento da sua demanda. As afirmações do governo venezuelano e a ação da Eletronorte criaram sobre a população local o receio em relação à interrupção total do envio de energia.

Baseados nesses acontecimentos o presente artigo busca introduzir a teoria sobre securitização energética na temática de Guri, pois pode ser identificada nesse episódio a insegurança do estado de Roraima e a constatação da vulnerabilidade do sistema elétrico nacional em virtude das ações venezuelanas sobre eletricidade.

Por meio desse, buscou-se introduzir a temática de segurança e abordar a questão de Guri com maior propriedade entendendo que a mesma ainda não é observada com tanto interesse tanto por pesquisadores quanto pela população geral que depende dessa energia e faz parte do sistema de eletricidade que rege o país.

Assim, esse trabalho abarca todo o envoltório teórico do processo de securitização, questões históricas de construção das linhas de transmissão de Guri e a sobreposição dos modelos teóricos ao caso abordado, nesse caso a redução do envio elétrico da Venezuela para o Brasil-Roraima.

## Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, J. “Usina Hidrelétrica do rio Cotingo-Roraima”. Disponível em: <[www.ecoamazonia.org.br](http://www.ecoamazonia.org.br)>. Acesso em: 08/08/2010.
- BARBOSA, O. F. Energia Elétrica: impacto no crescimento econômico do município de Boa Vista. Boa Vista: UFRR, 2009.
- BAUMANN, F. “Energy security as multidimensional concept”. C. A. P policy analysis, n. 1, March, 2008.
- MME - Ministério de Minas e Energia. Matriz energética nacional 2030. Brasília: MME/EPE, 2007.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. Security: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CEPIK, M. “Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural”. Análise de conjuntura OPSA, n. 9, agosto, 2005.
- COSTA, N. “A Questão Energética e o Papel (des)integrador da energia”. Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina 2009. Disponível em: <[http://egal2009.easypanners.info/area01/1150\\_Costa\\_Natalia.pdf](http://egal2009.easypanners.info/area01/1150_Costa_Natalia.pdf)>. Acesso em 19/10 /2010.
- DAVID, C. P. A Guerra e a Paz: abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- DHENIN, M. P. P. “Interpretações a partir das análises de Barry Buzan e Ole Waever”. Anais do Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo: UNESP, 2009.
- ELETRONORTE. Diretoria de Engenharia e Planejamento. Superintendência de Planejamento de Expansão. Colaboração CER. Plano de Atendimento de Energia Elétrica. Roraima 2003.
- GEHRE, T. “América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008)”. Revista Brasileira de Política Internacional, vol 52, n. 2, 2009.
- LE-FORT, M. A. P.; MORALES, M. A. C. “Seguridad energética: perspectivas de una visión nacional, regional y vecinal”. Documentos e Investigaciones Académicas, n. 20, Junio, 2006.
- OBANDO, H. “La Energía Como Tema De Seguridad En América Del Sur”. Instituto de Estudios Políticos y Estratégicos, s.d. Disponível em: <[www.idepe.org/Oban3.doc](http://www.idepe.org/Oban3.doc)>. Acesso em: 19/10/2010.
- PALONKORPI, M. “Energy Security and the Regional Security Complex Theory. Helsinki”. Helsinki: Aleksanteri Institute / University of Helsinki, 2007. Disponível em: <<http://busieco.samnet.sdu.dk/politics/nisa/papers/palonkorpi.pdf>>. Acesso em 07/07/ 2010.
- PRONINSKA, K. “Energy and security: regional and global dimensions”. SIPRI Yearbook 2007 – Armaments, Disarmament and International Security. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- RIVADAVIA, S. “Amazônia é fronteira energética”. Jornal do Brasil, 10 dezembro, 2007.
- SANTOS, A. F. América do Sul: o caso do gasoduto Bolívia-Brasil. Monografia. Boa Vista: UFRR, 2010.
- SILVA, J. N. Brasil e Segurança Energética na América do Sul: um estudo sobre as relações bilaterais de securitização elétrica e o caso do complexo de Guri. Monografia. Boa vista: UFRR, 2010.
- TOLMASQUIM, M. T. (Coord.). Geração de Energia Elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

